

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.864 - DF
(2007/0156946-7)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
EXECUTADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : MYRTES DO LAGO MARIANO DE MELO FERNANDES
INTERES. : NADIR MARIA DISCONSI
INTERES. : NADIR MARIA LEOPOLDO FERNANDEZ
INTERES. : NADY EDA FUNK
INTERES. : NADYR AMARAL
INTERES. : NEDY DE AZEVEDO
INTERES. : NEILA PEREIRA FLORES
INTERES. : NEIVA MARIA PICADA DA COSTA
INTERES. : NELCIR TERESINHA PERACHI
INTERES. : NELSON CARVALHO LEAL
INTERES. : NELSON OLIVA
INTERES. : NEUSA DAVID
INTERES. : NEY RAMIREZ CALDEIRA
INTERES. : NICOLA MATHIAS FALCI
INTERES. : NILCE TERESINHA BETTIN CÂNDIDO
INTERES. : NILO LUCHSINGER BARRETO
INTERES. : NILTON TELMAR RAMOS NUNES
INTERES. : NOSRALLA ABRAHÃO
INTERES. : ODDONE A MILANEZ DE SOUZA
INTERES. : ODETE KOCH TRINDADE
INTERES. : ODETE LUIZA DENARDIN
INTERES. : ODIR MENDES FIGUEIREDO
INTERES. : OG DE MELLO FERNANDES
INTERES. : OLGA SILVEIRA EIFLER

DECISÃO

Mediante a Petição nº 00418394/2019 (fls. 265-277), a sucessora de ODIR MENDES FIGUEIREDO requer habilitação nos presentes autos, tendo em vista o noticiado falecimento do exequente em questão, pugnando pela juntada de **escritura pública de adjudicação dos bens do *de cujus*, certidão de óbito, documento pessoal da própria habilitanda e procuração judicial outorgada por esta última.** Requer, ainda, seja expedido ofício à Caixa Econômica Federal, a fim de que promova a transferência do saldo referente ao requisitório expedido em nova conta a ser aberta em nome da herdeira

habilitada.

É o relatório. Decido.

No tocante ao referido pedido, ressalto que a habilitação dos herdeiros tem o sentido de garantir a continuidade do processo, não tendo ligação direta e necessária com a questão relativa à definição dos quinhões hereditários e à divisão dos bens do *de cujus*, o que deve ser discutido no juízo do inventário.

É possível, em tese, que se admita a habilitação de herdeiros que, ao final, não receberão os bens objeto do processo, em decorrência da formalização da partilha feita pelo juízo da sucessão.

Por isso, é que o fato de se admitir a habilitação de herdeiros não decorre que tais herdeiros possam, desde logo, levantar valores nos autos, tendo em vista que, para tanto, é imprescindível a apresentação da certidão de inventariança ou do formal e da certidão de partilha, nos termos do art. 655 do CPC, ou da escritura pública de inventário e partilha, prevista na Lei nº 11.441/2007, c/c com o art. 610, § 1º, do CPC. Em qualquer caso (inventário judicial ou administrativo), o documento deve relacionar o crédito que se pretende levantar.

Em face do exposto, **defiro** a habilitação pretendida à fl. 265-277, bem como **indefiro** o pedido de levantamento de valores requisitados por meio do requisitório expedido, desde já esclarecendo que novo pedido de levantamento de valores deverá se fazer acompanhado da documentação que comprove a partilha regular, do crédito que se pretende levantar, no bojo do respectivo precatório ou RPV.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção